

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025

Processo nº 2024-GB92D

ID Contratação CidadES: 2025.500E1700002.01.0009

A **FUNDAÇÃO CARMÉLIA MARIA DE SOUZA DE CULTURA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA**, fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha nº 2141, bairro Santa Luiza, Vitória/ES - CEP 29045-401, CNPJ/MF 54.715.094/0001-04, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **CONTRATAÇÃO** de serviços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Resolução CC/Fundação Carmélia nº 01/2024 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em serviços de locação equipamento de transmissão de áudio e vídeo ao vivo para utilização em transmissões de eventos culturais, esportivos e jornalísticos através de redes de telefonia celular, incluindo Wi-Fi, Ethernet e antena externa de alta eficiência, de acordo com as quantidades e especificações deste termo de referência.

1.2. A licitação será realizada em 2 lotes:

- **Lote 1:** Destinado ao uso contínuo, durante todo o ano do contrato.
- **Lote 2:** Destinado ao uso sazonal, e será solicitado sob demanda, com previsão de utilização nos meses de maior demanda de transmissões (previsão entre janeiro e março).

1.2.1. Considerando as características e peculiaridades técnicas do serviço, optou-se pela divisão do objeto em dois lotes distintos. Essa segregação permite que a contratação de itens de uso permanente (Lote 1) seja realizada de forma contínua, enquanto a contratação de itens de uso sazonal (Lote 2) seja feita sob demanda, concentrando-se no período de alta demanda (janeiro a março). Para garantir a interoperabilidade e a plena compatibilidade entre todos os equipamentos, assegurando o desempenho otimizado do sistema, é fundamental que ambos os lotes sejam arrematados pela mesma fornecedora. Essa exigência, além de permitir uma economia de escala global, simplifica a gestão do contrato e a manutenção, conferindo maior segurança técnica à contratação.

1.2.2. Os lotes 1 e 2 deverão ser arrematados pela mesma fornecedora. Esta medida garante a compatibilidade total entre os itens de uso contínuo e os de uso sazonal.

1.3. O preço máximo admitido para a presente licitação é o que consta no Item 9 do Termo de Referência, anexo a deste Edital.

1.4. Data da sessão pública: 02 de setembro de 2025 às 09h00min.

1.5. O modo de disputa será o aberto e fechado.

1.6. Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço.

1.1 - As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão à conta do orçamento da Fundação Carmélia para o exercício financeiro de 2025 e serão especificadas no tempo da contratação ou emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. licitantes que não possuam autorização para locação e assistência técnica dos equipamentos LiveU. Apenas poderão participar do presente certame as empresas que comprovarem ser representantes ou distribuidores oficiais da LiveU no Brasil, devidamente autorizadas pelo fabricante. Essa exigência é fundamental para assegurar a originalidade, garantia e suporte técnico de todos os equipamentos ofertados, garantindo a qualidade e desempenho esperados pela Fundação Carmélia para a prestação dos serviços públicos prestados.

2.6.3. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,

controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.
- 2.7. O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela entidade promotora do certame ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$10,00 (dez reais)**.
- 5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.14. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.15. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 5.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.18. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.19. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.20. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.21. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.22. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.23. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.24. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.25. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.26. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.27. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.28. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 5.30. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.31. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.32. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.33. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.34. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.35. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.36. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.37. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.38. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.39. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.40. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.41. Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.
- 5.42. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.43. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela entidade promotora do certame.
- 5.44. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.45. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.46. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta, Anexo III deste Edital, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, Anexo IV deste Edital, e acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.47. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.48. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF; Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.3. Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Será também desclassificada a proposta de licitante vencedora que:**
- 6.4.1. não possua autorização para locação e assistência técnica dos equipamentos LiveU;**

- 6.4.2. conter vícios insanáveis; não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela entidade promotora do certame; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável. Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e Anexo I deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.
- 7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.11. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

- 7.12. Para fins de habilitação, a verificação pela entidade promotora do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.
- 7.13. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.
- 7.14. Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.5. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.6. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.7. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

9.2. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 03 (três) dias úteis.

9.3. Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

9.4. Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

9.5. No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

9.6. A entidade promotora do certame poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

9.7. Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

9.8. Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame; Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela entidade promotora do certame; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; fraudar a licitação; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em

especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013; Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

10.3. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

- a) multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;
- b) impedimento de licitar e contratar; e
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

10.6. As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato ou no Termo de Referência.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será enviada por e-mail ao impugnante e divulgado em no sistema comprasnet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser enviadas para o e-mail contratacao.carmelia@gmail.com. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

- 11.6. Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente – Ordenadora da Despesa – a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.
- 11.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 11.8. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Entidade promotora do certame, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a entidade promotora do certame não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na entidade promotora do certame.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.fundacaocarmelia.com.br.
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - I. Termo de Referência
 - II. Anexo I – Documentação de Habilitação

- III. Anexo II – Das Especificações Técnicas dos Equipamentos
- IV. Anexo III -Modelo de Proposta comercial
- V. Anexo IV - Dados complementares para assinatura do instrumento contratual
- VI. Anexo V – Minuta de Contrato

Vitória/ES, 15 de agosto de 2025

LIVIA MOREIRA PEREIRA
Agente De Contratação

PROCESSO N° 2024-GB92D

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de locação equipamento de transmissão de áudio e vídeo ao vivo para utilização em transmissões de eventos culturais, esportivos e jornalísticos através de redes de telefonia celular, incluindo Wi-Fi e Ethernet, de acordo com as quantidades e especificações deste termo de referência.

1.2. Considerando as características e peculiaridades técnicas do serviço, optou-se pela divisão do objeto em dois lotes distintos. Essa segregação permite que a contratação de itens de uso permanente (Lote 1) seja realizada de forma contínua, enquanto a contratação de itens de uso sazonal (Lote 2) seja feita sob demanda, concentrando-se no período de alta demanda (janeiro a março). Para garantir a interoperabilidade e a plena compatibilidade entre todos os equipamentos, assegurando o desempenho otimizado do sistema, é fundamental que ambos os lotes sejam arrematados pela mesma fornecedora. Essa exigência, além de permitir uma economia de escala global, simplifica a gestão do contrato e a manutenção, conferindo maior segurança técnica à contratação.

1.3. Os serviços objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens e serviços **comuns**, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, prorrogável, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Nos últimos anos, a TVE aumentou consideravelmente a sua produção de conteúdo original e também a produção em parceria com outros setores do governo e da sociedade civil. Grande parte desta nossa produção vem se destacando pelo fato de serem transmissões ao vivo.

Hoje a TVE transmite todos os jogos do Capixabão, além de partidas da Copa ES, do Estadual Série B, as finais do Estadual Feminino, Sub-15, Sub-17, Sub-20 e os jogos do Campeonato Brasileiro Série D em que participam os times capixabas, com participação de mais de dois mil atletas. No Brasil, somos uma das TVs abertas que mais transmitem jogos locais. Só em 2024 foram 106 jogos e em 2025, serão transmitidos 120 jogos, somando as partidas do futebol profissional e amador, todos com ampla cobertura, utilizando recursos como replay, micro-câmeras dentro do gol, câmeras especiais para análise de lances polêmicos, repórter em campo, comentaristas e informações estatísticas na tela.

Destacamos também a transmissão de eventos e shows culturais capixabas, valorizando as práticas culturais e potencializando a economia local, com geração de trabalho e renda. A título de comparação, em 2019, a TVE/ES realizava 3 transmissões ao vivo: Carnaval, Missa de Encerramento das Romarias dos Homens e Desfile Cívico de 07 de setembro. Em 2021, considerando as transmissões esportivas, shows, festivais, mostras de cinema, eventos religiosos e eventos governamentais, tal como as Audiências Públicas, Plano Espírito Santo – Convivência Consciente, Encontro das Mandatárias, Nota Premiada, Festa da Criatividade, entre outros, a TVE realizou quase 150 transmissões ao longo do ano. Esse número aumenta a cada ano e, em 2025, incluindo as transmissões esportivas, chegaremos a 260 transmissões ao vivo por ano.

Nossas transmissões são veiculadas tanto na TV aberta, por meio de ondas de radiofrequência, quanto pela internet, através de nossas redes sociais, o que nos permite disponibilizar os conteúdos produzidos em qualquer lugar do mundo, gerando envolvimento e engajamento online, uma vez que a transmissão ao vivo possibilita alcançar muitos espectadores simultaneamente, estabelecendo interação e feedback em tempo real. Essa estratégia resulta em maior aproximação com o público, criando um vínculo baseado na credibilidade e na transparência.

Todo esse avanço em nossas entregas foi possível graças ao compromisso de toda a nossa equipe. No entanto, visando aumentar ainda mais a quantidade de transmissões ao vivo, para atender às crescentes demandas de outros setores do governo, bem como da sociedade civil, acreditamos que a contratação da infraestrutura por meio da locação do objeto é fundamental.

O sistema proposto é baseado em encoders de vídeo portáteis, que podem ser acomodados em uma mochila, tornando-os práticos e versáteis para o uso. Nesse sentido, solicitamos uma unidade do modelo que permite a conexão de até quatro câmeras sincronizadas em alta definição, em uma única unidade portátil, ideal para transmissões esportivas e culturais.

Além disso, solicitamos mais 05 (cinco) unidades do modelo que permite a conexão de uma única câmera, voltado principalmente para a produção diária de jornalismo, proporcionando maior dinamismo. É importante ressaltar que o modelo de uma câmera pode ser integrado ao de quatro câmeras, mantendo o sincronismo entre elas, o que amplia as possibilidades de uso de múltiplas câmeras em eventos de maior porte.

A estrutura moderna atual oferece muito mais vantagens em comparação à antiga, que era baseada em uma unidade móvel de produção. Hoje, com a nova infraestrutura, a maior parte dos equipamentos permanece fixa na emissora, otimizando o processo de transmissão.

Esses equipamentos atendem diretamente à infraestrutura modernizada utilizada nas transmissões de eventos pela TVE, eliminando a necessidade de um complexo deslocamento de equipamentos e pessoal. A unidade móvel, antes indispensável para transportar mesa de operação de áudio, switcher de vídeo, roteador de vídeo, sistema de inserção de replay, artes, vinhetas e VTs, sistema de inserção de caracteres e todos os cabeamentos que os interconectam, também os microfones e monitores de vídeo da cabine dos narradores e

comentaristas, agora é complementada pela infraestrutura fixa, facilitando as transmissões de forma mais eficiente.

Outra vantagem é que, como a estrutura a ser montada nos locais de transmissão será significativamente menor do que as convencionais, os custos com montagem e instalação também serão consideravelmente reduzidos. O deslocamento de pessoal para o local será menor, assim como o tempo necessário para montagem e a quantidade de equipamentos e cabeamentos a serem instalados. Além disso, a robustez das transmissões será maior em casos de queda de energia, uma vez que os dispositivos possuem baterias internas.

A solução proposta visa também aumento de qualidade da imagem nas transmissões, pois serão enviados os sinais de várias câmeras simultaneamente através de um encoder que utiliza como comunicação os sistemas de redes de telefonia 5G/4G/3G, também redes de wifi e/ou internet cabeada, podendo trabalhar de modo paralelo e redundante, diminuindo os riscos de falhas e interferências na transmissão pois, na eventual ausência de uma das fontes de internet, o encoder mantém o envio por meio de uma rota alternativa.

A versatilidade deste sistema nos permitirá ainda abranger mais áreas de transmissão, uma vez que ele garante a conexão do local do evento com a emissora em praticamente qualquer lugar coberto por redes de telefonia celular, sem a necessidade de configurações complexas de encoder/decoder.

O serviço de databridge disponível em cada um dos encoders permite ainda que sejam utilizados de forma colaborativa entre os dispositivos, incrementando banda de internet. Desta forma é possível a utilização de duas unidades para o envio de um único vídeo, com a segurança de mais conexões de redes 5G/4G/3G.

Por tudo isso, acreditamos que esta contratação irá atender as necessidades e demandas da Fundação Carmélia no sentido de expandir o número de transmissões ao vivo de eventos culturais, jornalísticos e esportivos, oferecendo mais e melhores conteúdos, com a qualidade técnica profissional exigida pelo ambiente televisivo atual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Os itens serão agrupados em dois lotes distintos:

- **Lote 1:** Destinado ao uso contínuo, durante todo o ano do contrato.
- **Lote 2:** Destinado ao uso sazonal, e será solicitado sob demanda, com previsão de utilização nos meses de maior demanda de transmissões (previsão entre janeiro e março).

3.1.1. Lote 1:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MED.	QTD
01	Aluguel de 01 Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)	Mês	12
02	Aluguel de 01 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)	Mês	12
03	Aluguel de 04 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)	Mês	12
04	Aluguel de 02 Servidor Decodificador de vídeo 04 Saídas SDI	Mês	12
05	Aluguel de 01 Servidor Decodificador de vídeo 02 Saídas SDI	Mês	12
06	Aluguel de 01 Servidor Decodificador de vídeo 01 Saídas SDI	Mês	12
07	Aluguel de 01 Servidor de Retorno de Vídeo com duas entradas SDI	Mês	12

3.1.2. Lote 2:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MED.	QTD
01	Aluguel de 01 Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)	Mês	3
02	Aluguel de 01 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)	Mês	3
03	Aluguel de 04 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)	Mês	3

3.1.3. Os lotes 1 e 2 deverão ser arrematados pela mesma fornecedora. Esta medida garante a compatibilidade total entre os itens de uso contínuo e os de uso sazonal.

3.1.4 Os equipamentos descritos devem possuir compatibilidade de funcionamento com todos os itens dos lotes, e devem estar inclusos todos os serviços e licenças necessárias ao funcionamento de todas as características exigidas nas especificações. Os equipamentos locados devem permitir a conexão em conjunto, ou seja, os 05 encoders de uma entrada e um encoder de 04 entradas numa mesma transmissão, permitindo que os equipamentos trabalhem juntos simultaneamente e sincronizados, permitindo assim o uso de 11 Câmeras em um único evento sem a perda de sincronismo, sem Dropar (Pular frames) e sem LipSync.

3.2. Das especificações mínimas dos itens:

3.2.1. Especificações mínimas para **Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)**: vide item 1 do ANEXO II deste Termo de referência;

3.2.2. Especificações mínimas para **Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)**: vide item 2 do ANEXO II deste Termo de referência;

3.2.3. Especificações mínimas para **Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)**: vide item 3 do ANEXO II deste Termo de referência;

3.2.4. Especificações mínimas para **Servidor Decodificador de vídeo 04 Saídas SDI**: vide item 4 do ANEXO II deste Termo de referência;

3.2.5. Especificações mínimas para **Servidor Decodificador de vídeo 02 Saídas SDI**: vide item 5 do ANEXO II deste Termo de referência;

3.2.6. Especificações mínimas para **Servidor Decodificador de vídeo 01 Saídas SDI**: vide item 6 do ANEXO II deste Termo de referência;

3.2.7. Especificações mínimas para **Servidor de Retorno de Vídeo com duas entradas SDI**: vide item 7 do ANEXO II deste Termo de referência;

3.3. Necessidade de indicação de marca/modelo para os itens.

3.3.1. A indicação de marca e modelo é essencial para garantir a compatibilidade com os equipamentos já utilizados pela Fundação Carmélia. Essa compatibilidade é fundamental não apenas para assegurar a integração com os sistemas dos nossos parceiros—como EBC, TV Cultura, IRDEB e TV Gazeta ES, mas também para otimizar os processos operacionais e aumentar a eficiência nas transmissões ao vivo. Além disso, a padronização tecnológica é crucial para o compartilhamento de conteúdo e a integração de sinais durante transmissões conjuntas, facilitando uma colaboração mais fluida e eficaz.

3.4. Suporte técnico:

3.4.1. O serviço de locação inclui suporte técnico completo para todos os equipamentos, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, sem limitações no número de

acessos. Este suporte abrange configurações remotas e locais, além da substituição parcial ou total de equipamentos e acessórios, conforme necessário durante a vigência do contrato. A atualização de software também está inclusa, garantindo que todos os sistemas operem com a versão mais recente.

3.5. Transporte de envio:

3.5.1. O serviço de locação cobre todos os custos relacionados ao transporte para envio e recebimento dos equipamentos, assegurando que todo o processo logístico ocorra de maneira eficiente e sem encargos adicionais.

3.6. Instalação:

3.6.1. Todos os custos de instalação e treinamento presencial estão inclusos no serviço de locação, garantindo que a equipe esteja totalmente capacitada para operar os equipamentos desde o primeiro dia.

3.7. Controle Remoto via WEB:

3.7.1. O sistema deve permitir controle remoto completo das funções das unidades de transmissão através de dispositivos móveis, como smartphones, laptops e tablets, ou via navegadores WEB. As funcionalidades do controle remoto incluirão: iniciar e finalizar transmissões ao vivo, alterar canais de transmissão (designando uma unidade a uma porta específica do servidor), monitorar o nível de bateria, gerenciar a largura de banda da transmissão, configurar redes Wi-Fi adicionais, ajustar o tempo de delay, e acessar e baixar arquivos gravados na unidade ou diretamente da câmera.

3.8. O quantitativo do item 7 foi estimado para o período de 12 (doze) meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Apenas poderão participar do presente certame as empresas que comprovarem ser representantes ou distribuidores oficiais da LiveU no Brasil, devidamente autorizadas pelo fabricante. Essa exigência é fundamental para assegurar a originalidade, garantia e suporte técnico de todos os equipamentos ofertados, garantindo a qualidade e desempenho esperados pela Fundação Carmélia para a prestação dos serviços públicos prestados.

4.3. Não haverá exigência da garantia de contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Não haverá emprego de mão de obra exclusiva.

4.3.2. Baixa complexidade do objeto contratado.

4.3.3. Presumem-se a idoneidade e o comprometimento do contratado em cumprir suas obrigações contratuais, suprimindo a necessidade de garantias para a contratação do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O objeto desta contratação será realizado sob o regime de execução indireta, mediante empreitada por preço unitário, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.5.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.5.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.5.4. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5.5. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.5.6. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.5.7. A contratante poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.5.8. Serão exigidos todos os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, previamente ao pagamento das despesas.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma da Lei nº 14.133/2021 e demais condições previstas para a contratação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado.

7.1.1. Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.1.2. Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do serviço prestado com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de até 2 (dois) dias.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.1.2, após a verificação da conformidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à

empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.9. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

Nota Fiscal

7.2. Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.2.3. A contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela contratante.

Condições de Habilitação no Curso da Execução Contratual

7.3. A contratante deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Constatado que a contratada não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

7.5. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

7.6. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pela contratada, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

7.7. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a contratante decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

Do Prazo de Pagamento

7.8. A contratante pagará à contratada pelos serviços efetivamente prestados no mês de referência, vedada a antecipação, na forma que segue.

7.9. A contratada deverá apresentar a nota fiscal até o 5º (quinto) dia útil subsequente a prestação de serviço, que deverá ser paga pela contratante por meio de uma única transferência bancária no mês, até 10 (dez) dias úteis após a apresentação e ateste da Nota Fiscal.

7.10. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.11. Incumbirão à contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

7.12. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964.

7.13. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela contratante.

Da Forma de Pagamento

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio do procedimento de licitação na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Da Forma de Fornecimento, prazo e local de entrega

8.2. Para o **Lote 1**:

8.2.1. O fornecimento do objeto será integral.

8.2.1. O prazo de entrega e instalação dos equipamentos será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do contrato na imprensa oficial. Esse prazo poderá ser prorrogado em casos excepcionais, mediante apresentação de justo motivo e concordância da Fundação Carmélia.

8.3. Para o **Lote 2**:

8.3.1. O fornecimento do objeto será integral.

8.3.2. Os objetos deste lote serão solicitados apenas mediante a previsão de demanda, que provavelmente ocorrerá entre os meses de janeiro a março de 2026. Esta data é uma previsão, ou seja, pode sofrer alteração conforme o calendário dos jogos.

8.3.3. O Prazo de entrega destes equipamentos será de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de solicitação formal por e-mail destes equipamentos. Esse prazo poderá ser prorrogado em casos excepcionais, mediante apresentação de justo motivo e concordância da Fundação Carmélia.

8.4. Os equipamentos deverão ser entregues na Sede da Fundação Carmélia.

Das Exigências de Habilitação

8.5. Para fins de habilitação jurídica e econômico-financeira, o fornecedor deverá apresentar a documentação descrita no Anexo I.

8.6. Para fins de habilitação técnica, o fornecedor deverá comprovar que já prestou serviço idêntico ou semelhante ao objeto desta contratação nos últimos 12 meses, através de pelo menos 1 (um) atestado emitido pelo contratante, acompanhado de cópia do respectivo contrato.

8.6.1. O atestado a que se refere o subitem anterior deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. serviços fornecidos e em qual período;
- II. clara identificação do emitente, visando realização de possíveis diligências;
- III. manifestação quanto a qualidade e/ou satisfação dos serviços fornecidos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Após pesquisas preliminares, através de consultas a empresas especializadas em serviços de locação equipamento de transmissão de áudio e vídeo ao vivo, seguindo o que consta no parecer jurídico da peça #39, definimos que o valor estimado da contratação seguirá o menor valor de cotação.

9.2. Os valores foram separados por lotes:

9.2.1. Lote 1:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MED.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD	TOTAL ANO (R\$)
01	Aluguel de 01 Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)	Mês	13.500,00	12	162.000,00



02	Aluguel de 01 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)	Mês	7.000,00	12	84.000,00
03	Aluguel de 04 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)	Mês	17.600,00	12	211.200,00
04	Aluguel de 02 Servidor Decodificador de vídeo 04 Saídas SDI	Mês	1.000,00	12	12.000,00
05	Aluguel de 01 Servidor Decodificador de vídeo 02 Saídas SDI	Mês	500,00	12	6.000,00
06	Aluguel de 01 Servidor Decodificador de vídeo 01 Saídas SDI	Mês	250,00	12	3.000,00
07	Aluguel de 01 Servidor de Retorno de Vídeo com duas entradas SDI	Mês	2.500,00	12	30.000,00
TOTAL MENSAL (R\$)				42.350,00	
TOTAL MÁXIMO ANO(R\$)				508.200,00	

9.2.2. Lote 2:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MED.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD	TOTAL ANO (R\$)
------	-----------	--------------	----------------------------	-----	--------------------

01	Aluguel de 01 Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)	Mês	13.500,00	3	40.500,00
02	Aluguel de 01 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)	Mês	7.000,00	3	21.000,00
03	Aluguel de 04 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)	Mês	17.600,00	3	52.800,00
TOTAL MENSAL (R\$)					38.100,00
TOTAL MÁXIMO ANO(R\$)					114.300,00

9.2. Será vencedora a proposta de MENOR VALOR GLOBAL, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo;

9.3. Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto da contratação;

9.4. A proposta de preço deve informar a validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes deste objeto ocorrerão à conta do plano de aplicação da Fundação Carmélia e serão especificadas no tempo da contratação ou emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente.

Vitória/ES, 14 de agosto de 2025

Helânio Serafim Rosa
Gerente de Tecnologia
Fundação Carmélia

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1.1 - Habilitação jurídica

1.1.1 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.2 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

1.1.3 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.7 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora

do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.8 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

1.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

1.4 - Qualificação Técnica - Capacidade técnico-operacional: o fornecedor deverá comprovar:

1.4.1. Que já prestou serviço idêntico ou semelhante ao objeto desta contratação nos últimos 12 meses, através de pelo menos 1 (um) atestado emitido pelo contratante, acompanhado de cópia do respectivo contrato.

1.4.1.1. O atestado a que se refere o subitem anterior deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I. serviços fornecidos e em qual período;

II. clara identificação do emitente, visando realização de possíveis diligências;

III. manifestação quanto a qualidade e/ou satisfação dos serviços fornecidos.

ANEXO II - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

1. Especificações mínimas para Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular):

- 1.1. Permite encodamento simultâneo de 04 câmeras na mesma unidade mantendo o sincronismo entre elas;
- 1.2. Inclui algoritmo proprietário LiveU Reliable transport (*LRTTM*) e Bit Rate adaptativo (ABR) algoritmo de recuperação de pacote perdido (FEC);
- 1.3. Deve possuir slots sim cards para 08 chips (3G/4G/5G) em modems internos, com possibilidade de adicionar mais dois modems externos 5G/4G/3G;
- 1.4. Os equipamentos devem ser fornecido com no mínimo 08 (oito) Chips de dados (5G), com plano de dados ativo com tráfego mínimo mensal de 440 Gb, de pelo menos 03 (três) Operadoras de Telefonia, e todos os acessórios necessários para o seu funcionamento, conectores, adaptadores, bolsa para transporte, etc;
- 1.5. Permite 02 (duas) conexões via cabo de rede RJ45 e 02 (duas) conexões wifi;
- 1.6. Possuir conector P2 3.5mm para entrada/saída de áudio Intercom, slot para cartão micro-SD;
- 1.7. Permite trafegar até 04 (quatro) Canais de áudio por câmera. 16 canais de áudio no total, sendo 04 (quatro) por câmera;
- 1.8. Permite transferência de arquivos a 120Mbps;
- 1.9. Possuir bateria interna com autonomia de 04 (quatro) horas;
- 1.10. Fornecer cabo para opção alimentação externa (para câmeras com saídas D-tap);
- 1.11. Possuir Display para monitoramento de vídeo;
- 1.12. Deve permitir Bitrate de até 30 Mbps operando com uma Câmera, e até 60 Mbps operando com 4 câmeras;
- 1.13. Possuir 04 (quatro) Entradas de vídeo HD-SDI com conectores BNC;
- 1.14. Deve suportar as seguintes resoluções de vídeo: 1080p50/60/25, 1080i50/60, 1080i59,94, 720p50/60/25/30, PAL, NTSC;
- 1.15. Encoder de vídeo: 8/10-bit com H.265/HEVC, H.264;
- 1.16. O equipamento deve permitir conectividade com e sem fios com antena externa de alta eficiência, que permita recepção dos sinais de estações celulares distantes, obtendo mais banda para tráfego de dados, por utilizar uma célula descongestionada;
- 1.17. Resiliência e qualidade: Automatic Adaptive Bit Rate (ABR), Automatic Forward Error Correction (FEC) e outros algoritmos corretores de pacotes perdidos (proprietários do fabricante);
- 1.18. Os equipamentos terão que ser novos, sem uso;
- 1.19. O equipamento deve possuir DataBridge que permita conectividade de banda larga móvel para qualquer dispositivo;
- 1.20. O equipamento deve possuir conexão de saída para Retorno de Vídeo;
- 1.21. Já inclusas todas as licenças e os softwares configurados e ativos, necessários ao perfeito funcionamento de todas as características do equipamento;
- 1.22. Os equipamentos deverão ser homologados na Anatel.
- 1.23. As características técnicas devem ser similares ou superiores ao modelo de referência: LiveU LU800-PRO.

2. Especificações mínimas para Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular):

- 2.1. Entradas de vídeo: uma entrada 4K-SDI e uma 4K-HDMI com conectores de entrada: BNC e HDMI;
- 2.2. Inclui algoritmo proprietário LiveU Reliable transport (LRT TM) e Bit Rate adaptativo (ABR) algoritmo de recuperação de pacote perdido (FEC);
- 2.3. Resoluções de vídeo: 4Kp50/60/25/30/24, 1080p50/60/25/30/24, 1080i/59.94, 1080i50/60, 720p50/60/25/30, PAL, NTSC;
- 2.4. Interfaces de vídeo: 3G/HD/SD-SDI e HDMI 1.4;
- 2.5. Encoder de vídeo: HEVC/H.265, H.264;
- 2.6. Encoder de áudio: AAC-HE/LC – No mínimo 02 canais de áudio;
- 2.7. Dispositivo deve ser portátil com instalação em bolsa, cinto ou instalação na própria câmera;
- 2.8. Conexões simultâneas permitidas: 08 modems SIM-dual 5G/3G/4G, 02 Portas Ethernet e Wi-Fi interno;
- 2.9. Velocidade de conexão (bitrate): até 20 Mbps;
- 2.10. Possuir tela para Monitoração de controle e no mínimo 7”;
- 2.12. O equipamento deve ser fornecido com os 8 chips de dados (5G), com plano de dados ativo e com tráfego mínimo mensal de 220 Gb, de pelo menos 02 Operadoras de Telefonia, e todos os acessórios necessários para o seu funcionamento, com 02 (dois) cabos SDI (1,5 Metros) e 01 (um) HDMI, conectores, adaptadores, bolsa para transporte, etc.;
- 2.12. Alimentação elétrica: Bateria interna (mínimo de 4 horas de duração), alimentação externa (para câmeras com saídas D-tap), e fonte de alimentação bi-volt para AC;
- 2.13. Controle local: monitoração total das funções e ajustes através de display LCD e de botão de funções;
- 2.14. O equipamento permitir conectividade com e sem fios com antena externa de alta eficiência, que permita recepção dos sinais de estações celulares distantes, obtendo mais banda para tráfego de dados, por utilizar uma célula descongestionada;
- 2.15. Resiliência e qualidade: Automatic Adaptive Bit Rate (ABR), Automatic Forward Error Correction (FEC) e outros algoritmos corretores de pacotes perdidos (proprietários do fabricante);
- 2.16. Possuir conector P2 3.5mm para entrada/saída de áudio Intercom, slot para cartão micro-SD;
- 2.17. Peso máximo com Bateria e acessórios: até 2000g;
- 2.18. Os equipamentos terão que ser novos, sem uso;
- 2.19. O equipamento deve possuir DataBridge que permita conectividade de banda larga móvel para qualquer dispositivo;
- 2.20. O equipamento deve possuir conexão de saída para Retorno de Vídeo;
- 2.21. Já inclusas todas as licenças e os softwares configurados e ativos, necessários ao perfeito funcionamento de todas as características do equipamento;
- 2.22. Os equipamentos deverão ser homologados na Anatel;
- 2.23. As características técnicas devem ser similares ou superiores ao modelo de referência: LiveU LU600-HEVC.

3. Especificações mínimas para Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular):

- 3.1. Entradas de vídeo: uma entrada HD-SDI e uma HDMI com conectores de entrada: BNC e HDMI;
- 3.2. Inclui algoritmo proprietário LiveU Reliable transport (LRT TM) e Bit Rate adaptativo (ABR) algoritmo de recuperação de pacote perdido (FEC);
- 3.3. Resoluções de vídeo: 4Kp60/50/25/30/24, 1080p50/60/25/30/24, 1080i/59.94, 1080i50/60, 720p50/60/25/30, PAL, NTSC;
- 3.4. Interfaces de vídeo: 3G/HD/SD-SDI and HDMI 2.0;
- 3.5. Encoder de vídeo: HEVC/H.265, H.264;
- 3.6. Encoder de áudio: AAC-HE/LC – No mínimo 02 canais de áudio;
- 3.7. Dispositivo de ser portátil com instalação em bolsa de ombro lateral, cinto ou instalação na própria câmera;
- 3.8. Conexões simultâneas permitidas: 02 modems 5G/3G/4G externos, 02 modems SIM-dual 5G/3G/4G, 01 Portas Ethernet e Wi-Fi;
- 3.9. Velocidade de conexão de até 12Mbps;
- 3.10. Possuir tela para Monitoração de controle e no mínimo 2.2”;
- 3.11. O equipamento deve ser fornecido com os 4 chips de dados (5G), com plano de dados ativo e com tráfego mínimo mensal de 220 Gb, de pelo menos 02 Operadoras de Telefonia, e todos os acessórios necessários para o seu funcionamento, com 02 (dois) cabos SDI (1,5 Metros) e 01 (um) HDMI, conectores, adaptadores, bolsa para transporte, etc.;
- 3.12. Alimentação elétrica: Bateria interna (mínimo de 3 horas de duração), alimentação externa (para câmeras com saídas D-tap), e fonte de alimentação bi-volt para AC;
- 3.13. Controle local: monitoração total das funções e ajustes através de display LCD e de botão de funções;
- 3.14. O equipamento permitir conectividade com e sem fios com antena externa de alta eficiência, que permita recepção dos sinais de estações celulares distantes, obtendo mais banda para tráfego de dados, por utilizar uma célula descongestionada;
- 3.15. Resiliência e qualidade: Automatic Adaptive Bit Rate (ABR), Automatic Forward Error Correction (FEC) e outros algoritmos corretores de pacotes perdidos (proprietários do fabricante);
- 3.16. Possuir conector P2 3.5mm para entrada/saída de áudio Intercom, slot para cartão micro-SD;
- 3.17. Peso máximo com Bateria e acessórios: até 1500g;
- 3.18. Os equipamentos terão que ser novos, sem uso;
- 3.19. O equipamento deve possuir DataBridge que permita conectividade de banda larga móvel para qualquer dispositivo;
- 3.20. Já inclusas todas as licenças e os softwares configurados e ativos, necessários ao perfeito funcionamento de todas as características do equipamento;
- 3.21. Os equipamentos deverão ser homologados na Anatel.
- 3.22. As características técnicas devem ser similares ou superiores ao modelo de referência: LiveU LU300 ou LiveU LU300S.

4. Especificações mínimas para Servidor Decodificador de vídeo 04 Saídas SDI:

- 4.1. Montagem: servidor montado em gabinete para rack;
- 4.2. Decodificador de vídeo Duo: HEVC/H.265 / H.264;

- 4.3. Saídas de vídeo: mínimo de 04 (quatro) saídas HD-SDI com conectores BNC fêmea;
- 4.4. Deve decodificar vídeo proveniente dos Encoders especificados nos itens 01 e 02, bem como dos Smartphones cadastrados, sem configurações complexas, ou seja, ao iniciar o Streaming nos locais de transmissão, o Decoder servidor automaticamente libera o vídeo em suas portas de saída;
- 4.5. Os dois servidores devem estar sincronizados para permitir uso simultâneo dos dois servidores, recebendo sinais dos 07 Encoders sincronizados no tempo, sem Dropar (Pular frames) e sem LipSync;
- 4.6. Saída IP: RTMP streaming para CDNs ou redes sociais, MPEG-TS e NDI;
- 4.7. Resolução de saída de vídeo: 1080p50/60/25/30, 1080i/50/60, 1080i59.94, 720p50/60/25/30/24, PAL, NTSC;
- 4.8. Inclui interface para retorno IFB 04 (quatro) entradas com conexão de áudio XLR 3 pinos para cada Servidor;
- 4.9. Interface de vídeo: 3G/HD/SD-SDI;
- 4.10. Interface de rede: 1000/100/10 RJ-45;
- 4.11. Alimentação Elétrica: 110-240V 50/60HZ;
- 4.12. Controle e ajustes: controle total através do servidor (nuvem) ou acesso local;
- 4.13. O serviço de locação inclui o suporte técnico aos equipamentos no período 24/7/365, inclusive nos finais de semana e feriados, contemplando configurações remotas ou locais e substituição parcial ou total do equipamento e seus acessórios se assim for necessário, durante todo o tempo de vigência do contrato.
- 4.14. Já inclusas todas as licenças e os softwares configurados e ativos, necessários ao perfeito funcionamento de todas as características do equipamento.

5. Especificações mínimas para Servidor Decodificador de vídeo 02 Saídas SDI:

- 5.1. Montagem: servidor montado em gabinete para rack;
- 5.2. Decodificador de vídeo Duo: HEVEC/H.265 / H.264;
- 5.3. Saídas de vídeo: mínimo de 02 (duas) saídas HD-SDI com conectores BNC fêmea;
- 5.4. Deve decodificar vídeo proveniente dos Encoders especificados nos itens 01 e 02, bem como dos Smartphones cadastrados, sem configurações complexas, ou seja, ao iniciar o Streaming nos locais de transmissão, o Decoder servidor automaticamente libera o vídeo em suas portas de saída;
- 5.5. Os dois servidores devem estar sincronizados para permitir uso simultâneo dos dois servidores, recebendo sinais dos 07 Encoders sincronizados no tempo, sem Dropar (Pular frames) e sem LipSync;
- 5.6. Saída IP: RTMP streaming para CDNs ou redes sociais, MPEG-TS e NDI;
- 5.7. Resolução de saída de vídeo: 1080p50/60/25/30, 1080i/50/60, 1080i59.94, 720p50/60/25/30/24, PAL, NTSC;
- 5.8. Inclui interface para retorno (IFB) 02 (duas) entradas com conexão de áudio XLR 3 pinos para cada Servidor;
- 5.9. Interface de vídeo: 3G/HD/SD-SDI;
- 5.10. Interface de rede: 1000/100/10 RJ-45;
- 5.11. Alimentação Elétrica: 110-240V 50/60HZ;
- 5.12. Controle e ajustes: controle total através do servidor (nuvem) ou acesso local;

5.13. O serviço de locação inclui o suporte técnico aos equipamentos no período 24/7/365, inclusive nos finais de semana e feriados, contemplando configurações remotas ou locais e substituição parcial ou total do equipamento e seus acessórios se assim for necessário, durante todo o tempo de vigência do contrato.

5.14. Já inclusas todas as licenças e os softwares configurados e ativos, necessários ao perfeito funcionamento de todas as características do equipamento.

6. Especificações mínimas para Servidor Decodificador de vídeo 01 Saídas SDI:

6.2. Montagem: servidor montado em gabinete para rack;

6.3. Decodificador de vídeo Duo: HEVEC/H.265 / H.264;

6.4. Saídas de vídeo: mínimo de 01 (Uma) saída HD-SDI com conectores BNC fêmea;

6.5. Deve decodificar vídeo proveniente dos Encoders especificados nos itens 01 e 02, bem como dos Smartphones cadastrados, sem configurações complexas, ou seja, ao iniciar o Streaming nos locais de transmissão, o Decoder servidor automaticamente libera o vídeo em suas portas de saída;

6.6. Os dois servidores devem estar sincronizados para permitir uso simultâneo dos dois servidores, recebendo sinais dos 07 Encoders sincronizados no tempo, sem Dropar (Pular frames) e sem LipSync;

6.7. Saída IP: RTMP streaming para CDNs ou redes sociais, MPEG-TS e NDI;

6.8. Resolução de saída de vídeo: 1080p50/60/25/30, 1080i/50/60, 1080i59.94, 720p50/60/25/30/24, PAL, NTSC;

6.9. Inclui interface para retorno (IFB) com conexão de áudio XLR 3 pinos para cada Servidor;

6.10. Interface de vídeo: 3G/HD/SD-SDI;

6.11. Interface de rede: 1000/100/10 RJ-45;

6.12. Alimentação Elétrica: 110-240V 50/60HZ;

6.13. Controle e ajustes: controle total através do servidor (nuvem) ou acesso local;

6.14. O serviço de locação inclui o suporte técnico aos equipamentos no período 24/7/365, inclusive nos finais de semana e feriados, contemplando configurações remotas ou locais e substituição parcial ou total do equipamento e seus acessórios se assim for necessário, durante todo o tempo de vigência do contrato.

6.15. Já inclusas todas as licenças e os softwares configurados e ativos, necessários ao perfeito funcionamento de todas as características do equipamento.

7. Especificações mínimas para Servidor de Retorno de Vídeo com duas entradas SDI:

5.1. Montagem: servidor montado em gabinete para rack;

5.2. Codificador de vídeo Duo: HEVEC/H.265 / H.264;

5.3. Entradas de vídeo: mínimo de 02 (duas) entradas HD-SDI com conectores BNC fêmea;

5.4. Deve Encodar vídeo SDI 1080i 59.94 permitindo que seja recebido nos dispositivos com saídas de LIVEU RETURN, bem como em dispositivos portáteis como, Tablets e PCs;

5.5. Inclui dois canais de áudio, permitindo que a equipe de campo se comunique com o estúdio.

5.7. Resolução de entrada de vídeo: 1080p50/60/25/30, 1080i/50/60, 1080i59.94, 720p50/60/25/30/24, PAL, NTSC;

5.10. Interface de rede: 1000/100/10 RJ-45;

5.11. Alimentação Elétrica: 110-240V 50/60HZ;

5.12. Controle e ajustes: controle total através do servidor (nuvem) ou acesso local;

- 5.13. Atraso inferior a um segundo, do estúdio para o campo, LRT™ (LiveU Reliable Transport).
- 5.13. O serviço de locação inclui o suporte técnico aos equipamentos no período 24/7/365, inclusive nos finais de semana e feriados, contemplando configurações remotas ou locais e substituição parcial ou total do equipamento e seus acessórios se assim for necessário, durante todo o tempo de vigência do contrato.
- 5.14. Já inclui todas as licenças e os softwares configurados e ativos, necessários ao perfeito funcionamento de todas as características do equipamento.



ANEXO III - PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO N° 2024-GB92D

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de locação equipamento de transmissão de áudio e vídeo ao vivo para utilização em transmissões de eventos culturais, esportivos e jornalísticos através de redes de telefonia celular, incluindo Wi-Fi e Ethernet, de acordo com as quantidades e especificações deste termo de referência.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____
Nome Fantasia: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Responsável legal: _____
Dados Bancários:
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

DADOS DA PROPOSTA COMERCIAL: (por gentileza preencher a tabela)

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MED.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD	TOTAL ANO (R\$)
01	Aluguel de 01 Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)	Mês		12	
02	Aluguel de 01 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)	Mês		12	
03	Aluguel de 04 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)	Mês		12	
04	Aluguel de 02 Servidor Decodificador de vídeo 04 Saídas SDI	Mês		12	
05	Aluguel de 01 Servidor Decodificador de vídeo 02 Saídas SDI	Mês		12	
06	Aluguel de 01 Servidor Decodificador de vídeo 01 Saídas SDI	Mês		12	
07	Aluguel de 01 Servidor de Retorno de Vídeo com duas entradas SDI	Mês		12	
TOTAL MENSAL (R\$)					
TOTAL MÁXIMO ANO(R\$)					



LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MED.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD	TOTAL ANO (R\$)
01	Aluguel de 01 Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)	Mês		3	
02	Aluguel de 01 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)	Mês		3	
03	Aluguel de 04 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)	Mês		3	
TOTAL MENSAL (R\$)					
TOTAL MÁXIMO ANO(R\$)					

Declaramos conhecer a legislação de referência desta contratação e que os produtos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência - TR, o que conhecemos e aceitamos em todos os termos, inclusive quanto ao pagamento e outros dados.

Declaramos que o responsável legal pela proposta possui poderes para tal, o que deverá ser comprovado por meio de ato constitutivo da empresa e/ou procuração para esse fim.

Nos preços indicados acima estão inclusos, além dos produtos, todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes. Declaramos cumprir todas as normas legais e regulamentares relativas à documentação, obtendo todas as autorizações que se fizerem necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da confirmação de seu recebimento pela Fundação. Cidade, de XXXXXXX de 2025.

Nome e CPF do Responsável Legal



ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Pregão nº 90008/2025
Processo nº 2024-GB92D ID
CidadES nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO CARMÉLIA MARIA DE SOUZA DE CULTURA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A EMPRESA

____ PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO EQUIPAMENTO DE TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO AO VIVO, CONFORME TR.

A FUNDAÇÃO CARMÉLIA MARIA DE SOUZA DE CULTURA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA, fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha nº 2141, bairro Santa Luiza, Vitória/ES - CEP 29045-401, CNPJ/MF 54.715.094/0001-04, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. **IGOR PONTINI MESQUITA**, Matrícula Funcional nº DIR001, nomeado pelo Decreto Estadual nº 445-S de 14 de março de 2024, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa **(nome completo)**, doravante denominada CONTRATADA, com sede **(endereço completo)**, inscrita no CNPJ sob o nº ____ (preencher) neste ato representado(a) por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente **CONTRATO** de prestação de serviços de locação de equipamento de transmissão de áudio e vídeo ao vivo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução CC/Fundação Carmélia nº 01/2024, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviços de locação equipamento de transmissão de áudio e vídeo ao vivo para utilização em transmissões de eventos culturais, esportivos e jornalísticos através de redes de telefonia celular, incluindo Wi-Fi, Ethernet e antena externa de alta eficiência, de acordo com as quantidades e especificações contidas no termo de referência.
- 1.2. Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

(a) o Edital e todos os seus Anexos;

(b) a Proposta Comercial da Contratada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1. O valores mensal e anual da contratação respeitarão as indicações na tabela abaixo:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MED.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD	TOTAL ANO (R\$)
01	Aluguel de 01 Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)	Mês		12	
02	Aluguel de 01 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)	Mês		12	
03	Aluguel de 04 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)	Mês		12	
04	Aluguel de 02 Servidor Decodificador de vídeo 04 Saídas SDI	Mês		12	
05	Aluguel de 01 Servidor Decodificador de vídeo 02 Saídas SDI	Mês		12	
06	Aluguel de 01 Servidor Decodificador de vídeo 01 Saídas SDI	Mês		12	
07	Aluguel de 01 Servidor de Retorno de Vídeo com duas entradas SDI	Mês		12	
TOTAL MENSAL (R\$)					
TOTAL MÁXIMO ANO(R\$)					

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MED.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD	TOTAL ANO (R\$)
01	Aluguel de 01 Encoder de vídeo 04 Entradas SDI (08 Modems celular)	Mês		3	
02	Aluguel de 01 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (8 Modems celular)	Mês		3	

03	Aluguel de 04 Encoder de vídeo com 01 Entrada SDI (4 Modems celular)	Mês		3	
TOTAL MENSAL (R\$)					
TOTAL MÁXIMO ANO(R\$)					

2.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta, em __/__/__.

2.4. O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, em especial o reajuste e a repactuação, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC – IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$VR = V (I - I^0) / I^0$, onde:

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à mês-base; I =

Índice relativo ao mês de reajuste.

2.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual

na contratação de serviços semelhantes.

2.10. O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

2.11. Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato independentemente de transcrição.

4. CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial do Estado e será também divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, prorrogável por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A gestão do contrato, inclusive quanto à prorrogação, deve observar o que disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.3. Aplica-se a este Contrato a hipótese de extinção prevista no art. 106, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa da medida excepcional e prévia oitiva da Assessoria Jurídica da Fundação Carmélia.

5. CLÁUSULA QUINTA: DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

5.1. As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão à conta do orçamento da Fundação Carmélia para o ano de 2024 e serão especificadas no tempo da contratação ou emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente.

6. CLÁUSULA SEXTA: GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato independentemente de transcrição.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Compete à Contratada:

- I. Prestar os serviços e entregar os equipamentos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- II. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- III. manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação,
Avenida Nossa Senhora da Penha, 2141, Santa Luiza, Vitória – ES, 29.045-403,
fundacaocarmelia@gmail.com, 3636-6651

conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021;

IV. garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

8.2. É vedado à contratada:

I. a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

8.3. Compete à Contratante:

I. efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

II. definir o local para prestação dos serviços e entrega dos equipamentos adquiridos;

III. designar empregado(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços e da entrega dos produtos adquiridos;

IV. Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou reclamações relacionadas à execução do contrato no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

V. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9. CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS

9.1. O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14133/2021, após manifestação formal da Assessoria Jurídica da Fundação Carmélia.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
 - d) Multa:
 - 1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 10.2 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras: Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o Contratante deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- 10.10. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

- 10.11. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 11.3 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;
- 10.12. O licitante contratado comunicará à Contratante das mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- 10.13. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Contratante proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 10.14. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 10.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 10.19. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Contratante poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;
- 10.20. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;
- 10.21. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.
- 10.22. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

- 11.1. Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.
- 11.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.
- 11.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.
- 11.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Contratante decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.
- 11.5. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

12.1. A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

13.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do contrato será acompanhada por empregado a ser formalmente designado pela contratante, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, na Resolução CC/Fundação Carmélia nº 01/2024 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

16.1. Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher - nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

16.2. - O representante da Contratada deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Assessoria Jurídica da Fundação Carmélia, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Local, ____ de ____ de ____ (preencher).

Nome da Contratante
Representante (nome completo)

Nome da Contratada
Representante (nome completo)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LIVIA MOREIRA PEREIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
GEAG - CARMELIA - GOVES
assinado em 15/08/2025 13:25:35 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/08/2025 13:25:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LIVIA MOREIRA PEREIRA (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - GEAG - CARMELIA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-L17Q8M>